



DOI:10.12957/transversos.2018.38657

VIDAS PRECARIZADAS E EXISTÊNCIAS REINVENTADAS: EXPERIÊNCIAS TRANS ENTRE O BRASIL E A EUROPA DO SUL

Rafael França Gonçalves dos Santos

PPHR/UFRRJ

rafael.fgs@hotmail.com

Marcio Nicolau

Universidade Federal Fluminense

marcioanicolau@gmail.com

Resumo:

Neste artigo abordamos a problematização sobre a produção de vidas precárias, ditas como vidas e corpos que não importam, que por possuírem menos peso no sistema¹ heteronormativo, são produzidas como vidas descartáveis. Para analisar e tencionar tal elaboração teórica, discutimos algumas formas e modelos de resistência à chamada tecnologia biopolítica de produção dos corpos e com isso almejamos visibilizar históricas construções de si que representam como subjetividades enfrentam, por meio de relações de amizade, redes de afeto e outros mecanismos de (re) existência, o sistema e criam modos de vida que provocam fissuras na lógica precária definida para suas vidas. Para tal intento, dialogamos com sujeitos, reflexões e pesquisas que privilegiam as experiências trans.

Palavras-chave: vida precária; experiências trans; relações de amizade; resistência.

Abstract:

In this article we discuss the problematization about the precarious life production, as lives and bodies that do not matter, which have less weight in the heteronormative system, are produced as disposable lives. In order to analyze and intend this theoretical elaboration, we discuss some forms and models of resistance to the so-called biopolitical technology for the production of bodies, and with this we intend to visualize historical constructions of oneself that represent the way in which the subjectivities face the system, through friendship relations, networks of affection and others mechanisms of resistance and create ways of life that provoke cracks in the precarious logic defined for their lives. For such an attempt, we dialogue with subjects, reflections and research that privilege trans experiences.

Keywords: precarious life; trans experiences; friendship relations; resistance.

1. Considerações iniciais

¹ Utilizamos “sistema” como uma corruptela da palavra sistema, para fazer referência ao modelo de organização da sociedade pautado no modelo cis-

sexista, conforme sugerido por Viviane Vergueiro (2015) a partir da leitura de Ramón Grosfoguel (2012) em relação ao sistema-mundo.

Neste artigo escrito a quatro mãos buscamos articular reflexões teóricas sobre as recentes produções nos campos de estudos das ciências humanas que provocam a naturalização feita sobre os corpos com sua cor e raça, seu gênero, sua sexualidade e diversas outras características que são ditas como naturais, mas que percebemos estarem investidas de processos históricos que as produziram, criando um padrão de humanidade chamada de universal, mas que como veremos, corresponde a um modelo masculino, branco, cristão e cisgênero. Assumimos o cuidado de produzir uma reflexão que não resvale no denunciamento e que se comprometa com o cuidado analítico de pensar formas e modelos de resistência em espaços onde parece habitar exclusivamente a norma. Desta feita, comprometemo-nos em refletir sobre as possibilidades de resistência e apresentamos histórias que visibilizam estratégias potentes de criação de modos de vida fortalecidos pelas relações de amizade, pelas redes de afetos não protocolares e, por fim, pela criação de dinâmicas de habitar o mundo tornando-o um espaço menos hostil, menos previsível e mais criativo.

2. Vidas precárias que importam

O título desta seção alude à reflexão da pensadora Angela Davis em torno das “vidas negras”, assim referidas pelo movimento antirracista *Black Lives Matter*. Por que é necessário enfatizar que as “vidas negras importam”? Davis responde que a categoria “ser humano” (pretensamente universal) é historicamente excludente (refere-se, clandestinamente, à cor branca e ao gênero masculino), é uma categoria generificada e racializada. Há muitos casos específicos que teríamos de nomear antes de afirmar, de modo confortável, eticamente, que todas as vidas importam, a pensadora lembra (DAVIS, 2018: p. 85). Seguindo Davis, tomando sua reflexão como ponto de partida, lembramos que, se todas as vidas importassem (parafrazeando Davis), não precisaríamos enfatizar que as vidas das pessoas trans² importam. Não precisaríamos defender, nos termos propostos por Judith Butler (BUTLER, 2015a: p. 171), que seus corpos têm importância, são “corpos que importam”, “corpos que pesam”.

O que essas reflexões iniciais apontam é a necessidade de se problematizar discursos que produzem “ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são

² O termo transgênero, ou sua simplificação trans, funcionaria como uma categoria guarda-chuva, usada para englobar todas essas experiências que vão da identidade de gênero, no caso de mulheres e homens transexuais, às expressões de, como as realizadas por *drags queen* e *king*. Sobre a diferença entre identidade de gênero e expressão de gênero, e o uso do termo transgênero como um termo guarda-chuva, consultar a publicação de Jaqueline Gomes de Jesus, *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. (JESUS, 2012.)

menos humanos” (BUTLER, 2011: p. 28-9), discursos normativos a partir dos quais a humanidade do “outro” é negada, como nos ensina Butler. Vulnerabilizando, precarizando, tais discursos que são históricos, brancos e baseados na suposta naturalidade da cisgeneridade, como têm apresentado as reflexões recentes (LOPES, 2018); produzem formas de reconhecibilidade diferenciada, ou seja, constroem sujeitos, identidades e, ao mesmo tempo, hierarquias. Informam quais vidas serão qualificadas como “vidas humanas”, quais corpos importam/pesam e quais não. Qualificando como “menos humanas” algumas vidas, enunciam o que será uma vida habitável, uma morte passível de ser lamentada (e, ao mesmo tempo, quais vidas serão vistas como “excedentes”, “descartáveis”, “não passíveis de luto”).

Esquemas normativos, tais como referidos por Butler, operam no sentido de produzir vidas ininteligíveis em relação à humanidade então reconhecida, forçando a produção de um sujeito “menos humano” (avesso da formação de sujeito elegível para o reconhecimento como “humano”). Não obstante, essas vidas, que aqui chamamos de “precárias”, existem e resistem à condição de precariedade (mesma condição a partir da qual e em relação à qual se tornam “possíveis”, “dizíveis”). Inventam, como veremos, modos de existência contrários aos fascismos insidiosos, interiorizados (ou em vias de se interiorizar no ser), modos de “vida não fascista”, assim designados em termos foucaultianos (FOUCAULT, 1977).

O que chamamos aqui de precariedade? Butler (2017a) nos ensina que todas as vidas são precárias, ou seja, que todas as vidas dependem de certas condições que a sustentem (como alimentação, abrigo, cuidados, educação, direitos, proteção). A precariedade é uma condição compartilhada, não é um aspecto de nenhuma vida tomada em específico. A precariedade, segundo Butler, implica em uma necessária interdependência das pessoas, o que significa dizer que todas as vidas dependem de redes e condições (sociais, de trabalho, institucionais e ambientais) de subsistência. Embora seja generalizada, a condição de precariedade é distribuída diferencialmente, Butler aponta:

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção.” (BUTLER, 2017a: p. 46)

Quais vidas são qualificadas como “vidas humanas”? Quais corpos importam, são passíveis de luto, pesar? Referindo-se à ordem ontológica contemporânea, Butler propõe que os gêneros são uma forma de humanizar/desumanizar os indivíduos (BUTLER, 2018). Estabilizado e polarizado, o gênero, “mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas” (BUTLER, 2014: p. 253), contradiz sua fluidez performativa e serve a uma política reguladora das identidades, a qual presume que, “para os corpos serem coerentes e fazerem sentido [...] é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2015b: p. 258). Esse modelo atrela às diversidades corporais e de identidades de gênero noções de inconformidade e abjeção. Essas noções são produzidas interseccionalmente (ou seja, no cruzamento com idade, raça/etnia, classe social e outras formas de exclusão e/ou de manutenção das regulações em torno dos binarismos de gênero e da sexualidade tida como normal). À margem da construção normativa de gênero, sexualidade, raça, o abjeto “não se materializa”, não encontra legitimidade social, perdendo, parcialmente, seu *status* humano. Essas pessoas são, conforme Butler, o limite e a fronteira, a exterioridade para os corpos naturalizados como normais (BUTLER, 2002: p. 13).

O corpo [...] é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível. [...] Infere-se daí, então, que certos tipos de corpo parecerão mais precariamente que outros, dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia em geral, apoiam ou endossam a ideia da vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto. [...] (BUTLER, 2017a: p. 85).

Butler refere-se ao corpo como “superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e da heterossexualidade” (BUTLER, 2015b: p. 44). A concepção de gênero performativo de Butler desordena as regras de feminilidade e masculinidade construídas mediante a alegação de que existe uma essência feminina ou masculina. Problematiza a “generificação” dos corpos, por assim dizer; desconstrói as noções de homem/mulher, hetero/homossexual e até a própria noção de “ser” isso ou aquilo.

Os gêneros, conforme Butler, não são verdadeiros nem falsos, mas produzidos como efeito de verdade, não havendo uma identidade de gênero primária e estável. A (hetero)sexualidade é reinscrita nos corpos, pela re-citação constante dos códigos masculino/feminino tidos como naturais. Não se trata de construcionismo determinista ou de negar a materialidade dos corpos, pois “os corpos vivem e morrem; comem e dormem; sentem dor e prazer; suportam a enfermidade e a violência” (BUTLER, 2015c: p. 15). O gênero é definido por Butler como um “estilo corpóreo”, um “ato”, tanto intencional quanto performativo, não voluntarismo, mas um reiterar as normas por meio das quais e a partir das quais nos constituímos historicamente.

Em Butler, os gêneros são ficcionais, atuados, sempre re-produzidos, são “ficções culturais reguladas por punições, alternadamente corporificadas e disfarçadas sob coerção” (BUTLER, 2018: p. 73-4). Ampliando a crítica foucaultiana à noção de sexualidade, Butler designa como “matriz heterossexual” o modelo discursivo/epistemológico por meio do qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados e propõe que a referência ao sexo/gênero implica em investigar “os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais” (BUTLER, 2015b: p. 27).

Assim, tomando o gênero como uma tecnologia biopolítica (PRECIADO, 2011: p. 12) que produz corpos preconcebidos como heterossexuais, é possível suspeitar da eficácia e eficiência desse modo de fazer o gênero e os corpos. Ademais, historicamente temos visto a emergência de ordens discursivas que afrontam, rompem e provocam fissuras nesses discursos. Uma das atuais maneiras de questionar esse modelo naturalizador do gênero, e do próprio sexo, é o uso do termo cisgeneridade. Desde pelo menos 1994 o termo cis começou a ser usado no campo da Biologia e posteriormente passou a ser adotado em outras áreas do saber. Foi somente em 2009 que tal termo ganhou popularidade nos movimentos sociais, particularmente em contextos anglo-saxões. Sem precisar o período, Martínez-Guzmán identificou que no contexto ibero-americano (MARTÍNEZ-GUZMÁN, 2017) sua popularização se deu somente nos últimos anos; possivelmente em função dos debates promovidos no âmbito das plataformas de debates LGBT³s.

³ Sobre a ampliação da sigla LGBT para LGBTI+ pode-se consultar a recente publicação brasileira *Manual de Comunicação LGBTI+* em que se destaca a inclusão do I para se referir aos e às intersexuais e o + como uma forma de incluir outras orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero, conforme indicado no Manual. (REIS, 2018.). Reconhecemos a importância e pertinência política da ampliação da sigla indicada, mas

No entanto, sendo termos relativamente recentes, seu uso ainda é muito variável e contingente. Cada vez com mais frequência, aparecem em publicações acadêmicas e no contexto da mídia sem definição explícita ou com comentários mínimos esclarecedores. Com tantos termos emergentes, a maioria das discussões sobre eles ocorreu em plataformas e espaços online ligados a comunidades LGBT. (MARTÍNEZ-GUZMÁN, 2017: p. 84)⁴

A proliferação de formas de nomear as experiências vividas e de classificar os sujeitos a partir dos seus lugares de privilégio de gênero e orientação sexual é um exercício percebido nos últimos anos, de modo que ao analisar os mecanismos de funcionamento, percebemos como as engrenagens de gênero e sexualidade tocam, encaixam-se com a raça, a classe e a geração, produzindo específicos modos de ser.

No campo historiográfico, como aponta o historiador Fábio Lopes (2018), tais questionamentos são ainda mais recentes. Até muito pouco tempo a naturalização dos corpos cisgêneros, e do próprio fazer historiográfico, não colocava em relevo o fato de os estudos produzidos sobre experiências trans terem sido realizados por pessoas cis.

No transfeminismo,⁵ que busca seus fundamentos nas teorias *queer* e nos feminismos pós-coloniais/decoloniais (negro, chicano, lésbico), o conceito de cisgeneridade vem sendo formulado para complexificar dispositivos de poder que exercem, interseccionalmente, “efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos” (VERGUEIRO, 2015). Ao propor o termo “transgênero” ou “trans” como um conceito guarda-chuva para abranger “pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu

no decorrer deste artigo utilizamos prioritariamente a sigla LGBT, pois ela corresponde ao período temporal e espacial analisados.

⁴ Tradução dos autores. No original: Sin embargo, al ser términos relativamente recientes, su uso es aún muy variable y contingente. Cada vez con maior frecuencia, aparecen en publicaciones académicas y en el contexto mediático sin definición explícita o con mínimos comentarios aclaratorios. En tantos términos emergentes, la mayoría de las discusiones sobre los mismos han ocurrido en plataformas y espacios en línea vinculados con las comunidades LGBT.

⁵ Jaqueline Gomes de Jesus identifica os fundamentos dessa corrente feminista, o transfeminismo, “[...] no processo de consciência política e de resistência das pessoas trans (travestis, transexuais, pessoas não-binárias, crossdressers, entre outros inominados. Em suma, pessoas que não se reconhecem no gênero que lhes foi atribuído socialmente, antes e depois do nascimento), e seus fundamentos teóricos no feminismo negro, principalmente no que concerne aos conceitos de interseccionalidade de opressões, de denúncia da vinculação de gênero a modelos supremacistas de quem sejam homens ou mulheres”. (JESUS, 2015a: p. 20)

nascimento” (JESUS, 2012: p. 27), o transfeminismo propõe e empreende a desconstrução do gênero em sua forma binária e essencializante (sexista/biologicista). Dialogando com o feminismo negro, promove a complexificação de questões feministas, de modo a abranger diversas corporeidades e identidades de gênero, alargando a categoria humano para acatar a feminilidade de mulheres outrora invisibilizadas/inviabilizadas: negras, indígenas, pobres, com deficiência ou consideradas sem capacidade, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, transexuais.

E, como lembra Jaqueline Gomes de Jesus, o transfeminismo pode ser percebido como uma literatura de fronteira (JESUS, 2015a: p. 20), pois não estando pronto, é um terreno de disputas e constante construção. Aquelas que reivindicam o uso de trans*, argumentam que a presença do asterisco seria uma possibilidade inclusiva, pois contemplaria além das identidades travestis e transexuais, todas aquelas identidades de gênero não binárias, sendo, portanto, um termo guarda-chuva (*umbrella term*)⁶; por outro lado, há aquelas que reconhecem o asterisco como uma possibilidade de ampliação do termo, mas desconfiam de sua capacidade política, e denunciam que poderia ser uma forma de apagamento do debate, que ainda se apresenta como necessário sobre as identidades trans⁷, podendo ser um teatro de inclusão⁸.

Jaqueline Gomes de Jesus (2015b) apresenta, de forma muito didática, as diferenças entre alguns termos para se referir às pessoas transgêneras. Dentre estes termos, há alguns que se referem à identidade de gênero, como travesti, homem transexual, mulher transexual, e outros que fazem referência a expressões de gênero, como *crossdresser*, *drag queen*, *drag king*. Portanto, o termo transgênero, ou sua simplificação trans, funcionaria como uma categoria guarda-chuva⁹, usada para englobar todas essas experiências que vão da identidade de gênero, no caso de mulheres e homens transexuais, às expressões de gênero, como as realizadas por *drags queen* e *king*. Embora a matriz cisheteronormativa exija que essas identidades e experiências não possam existir,

⁶ “Trans* como termo guarda-chuva” – texto publicado no site Transfeminismo: feminismo interseccional ligado às questões trans* - Disponível em: <<http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>>- Acesso feito em 11 de agosto de 2016.

⁷ “Porque não uso o asterisco” – texto publicado no site Feminismo trans, o virtual é político - Disponível em: <<https://feminismotrans.wordpress.com/2013/05/27/por-que-nao-uso-o-asterisco/>> _Acesso feito em 11 de agosto de 2016.

⁸ “Vamos falar sobre o asterisco?” – Disponível em: <<https://medium.com/@oibatata/vamos-falar-sobre-o-asterisco-caa5e0314509#.o3d7po735>> Acesso feito em 11 de agosto de 2016.

⁹ Sobre a diferença entre identidade de gênero e expressão de gênero, e o uso do termo transgênero como um termo guarda-chuva, consultar a publicação de Jaqueline Gomes de Jesus, *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. (JESUS, 2012)

sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (BUTLER, 2014: p. 44).

Nesse sentido, é que nos referimos aqui à noção de experiências trans como formas políticas, éticas e estéticas de resistências ao biopoder e à governamentalidade.

Dialogando com essas literaturas e com as pessoas que fazem ecoar essas vozes silenciadas pelo discurso historiográfico tradicional, voltamos nossos olhares e aguçamos os sentidos para perceber como as vidas trans importam, apesar de sofrerem com tais processos de precarização. O transfeminismo que recentemente ganhou a cena pública no Brasil contribuiu sobremaneira para denunciar tais processos de apagamentos e precarização das vidas trans, do mesmo modo que provocou, e ainda nos insta a buscar outras formas de ver e perceber como tais subjetividades têm habitado a História.

3. Resistências e experiências *trans*: para uma vida não fascista

Em muitos momentos, essas vidas precárias que existem e resistem, seja no Brasil ou no Sul da Europa, acabam sendo o “outro” do outro. Elas são o outro de uma sociedade cisheteronormativa, mas são também “o outro” que está fora do Movimento Social Organizado, o “outro” que está fora da capital – o Rio de Janeiro -, o “outro” que não tem habilidade para reiterar o politicamente correto, o “outro” que vive uma feminilidade, mas não tem problema em falar de si mesma no masculino, o “outro” que precisa ser ouvido para compreendermos que as experiências não cabem em um conceito, e que viver é sempre muito mais intenso do que qualquer categoria que é usada para descrever essa experiência. Pois, como escreve Guacira Lopes Louro:

Esses sujeitos sugerem uma ampliação nas possibilidades de ser e de viver. Acolhem com menos receio fantasias, sensações e afetos e insinuam que a diversidade pode ser produtiva. Indicam que o processo de se ‘fazer’ como sujeito pode ser experimentado com intensidade e prazer. Fazem pensar além dos limites conhecidos, para além dos limites pensáveis (LOURO, 2004: p. 23).

Essa diversidade está além das normatizações sociais, também presente na forma como elas mesmas se nomeiam, criam e atribuem sentidos novos e diversos ao ser travesti, transexual,

mas nunca de forma exclusiva, pois é possível, como veremos, que uma mesma pessoa seja por um momento da vida travesti, depois passe a se identificar com transexual ou transgênero.

Assim, por meio dessas experiências, percebe-se a criação de subjetividades que escapam dos registros oficiais, que fogem das regras institucionais, e na fissura da existência, inventam modos de vida, migram para países da Europa onde podem encontrar suas amigas, que além do conforto da língua materna, lhe oferecem acolhida financeira, afeto e a certeza (ainda que provisória) de uma segurança. Essas experiências, conforme veremos, criadoras de uma outra estética da existência, aproximam-se daquilo que Foucault denomina “vida artista”, uma atitude pela qual nos tornamos criadores da beleza da nossa própria vida. A vida artista é uma atitude com alcance comunitário (BRANCO, 2009), que sugere e empreende modos libertários de existência e de relação com o outro; implica na constituição de si (na transformação subjetiva autônoma) orientada pela expansão das práticas de liberdade e pela experiência de vida em comum. Dentre os seus princípios, “esta arte de viver, contrária a todas as formas de fascismo”, envolve um não individualismo e uma não hierarquização. Nas palavras de Foucault, é preciso “‘desindividualizar’ pela multiplicação e pelo deslocamento, pelo agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser o elo orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de ‘desindividualização’”. Essa crítica aponta para as possibilidades de um sujeito como autor, que engendra a si mesmo e a própria vida como arte.

Cumpramos esclarecer o que chamamos aqui de experiência. Foucault recusa a ideia de um sujeito universal, ou tomado como *a priori*, justamente para poder se dedicar aos processos de constituição dos sujeitos que são, por certo, datados historicamente e localizáveis em certa espacialidade. E ele justifica esta posição no texto *A ética do cuidado de si como prática de liberdade*, publicado em 1984:

Era certamente necessário que eu recusasse uma certa teoria a priori do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder etc. (FOUCAULT, 2004: p. 275)

E, como ele indica nas primeiras páginas de *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*, seria possível produzir:

Uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos, mas uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado. Através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si mesmo como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? (FOUCAULT, 1984: p. 12)

Portanto, é a busca pela compreensão desses jogos de verdade que mobiliza o autor, permitindo que suas proposições funcionem como uma caixa de ferramentas para as análises historiográficas, marcadas as especificidades de suas contribuições.

Ao refletir sobre novas possibilidades do discurso historiográfico, a historiadora norte-americana Joan W. Scott pondera que:

O conhecimento é adquirido através da visão; a visão é uma apreensão direta de um mundo de objetos transparentes. Nesta conceitualização o visível é privilegiado; escrever é, portanto, colocado a seu serviço. Olhar é a origem do saber. [...] Há muito tempo esse tipo de comunicação tem sido a missão de historiadores que documentam as vidas das pessoas omitidas ou negligenciadas em relatos do passado. (SCOTT, 1998: p. 300)

Assim, o desafio da história seria conseguir romper com a normatividade da disciplina e valorizar, por meio dos textos escritos pelos/as historiadores/as, as experiências dos outros. Dito de outra forma, tornar possível a existência daqueles que foram esquecidos e negligenciados pela historiografia tradicional. É preciso ter cuidado, entretanto, para não se produzir uma história das diferenças que toma como “auto evidentes as identidades daqueles cuja experiência está sendo documentada e, dessa forma, tornam naturais as diferenças.” (SCOTT, 1998: p. 300). Pois, como lembra Nicolazzi:

(...) toda experiência histórica é uma experiência de tempo. Este tempo, por sua vez, no qual tem lugar a ação de um sujeito, não é simplesmente a temporalidade da natureza, mas sim o tempo próprio da história. Assim, o sentido histórico atribuído a esta ação é construído de uma maneira poética no interior de uma narrativa particular, na qual a história aparece narrada e o tempo humanizado. (NICOLAZZI, 2004: p. 11)

Como sugere Scott, é preciso fazer um exercício que está além de tornar as experiências visíveis, pois isto apenas reiteraria a existência do sistema que está posto; é necessário compreender como, historicamente, se produziu seu processo de ocultamento. Nesse sentido, é:

(...) por isso [que] precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem da nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. (SCOTT, 1998: p. 304)

Este exercício permite historicizar as subjetividades produzidas pelas experiências, e assim compreender quais foram as históricas condições de possibilidades que as forjam cotidianamente.

4. Amizades *trans*: das vidas precárias aos modos criativos da existência

Nesta sessão do artigo daremos atenção a histórias de pessoas¹⁰ que, nascidas em uma cidade do interior do Rio de Janeiro, migraram há mais de uma década para países do Sul da Europa (Espanha e Itália). Esse fluxo de pessoas que saíram de mesma cidade brasileira foi tomado neste breve escrito como uma exemplificação de como o afeto e a formação de redes de amizade podem ser elementos que revolucionam existências e, de alguma maneira, oferecem resistência ao biopoder, à cisheteronormatividade e, por fim, como uma forma de inventar modos de vida não fascistas.

Bianca é natural de Minas Gerais, mas chegou a Campos no final dos anos de 1990 e, como ela mesma relatou: “acabei ficando”. Atualmente com 38 anos, Bianca migrou para a Itália em busca de uma vida melhor: o luxo, a riqueza e as possibilidades de conquista financeira advindas do mercado sexual. Mesmo não morando mais em Campos, ela mantém o vínculo com as amigas e com o terreiro de candomblé ao qual está ligada. Em Bérghamo, cidade Italiana em que Bianca está desde 2006, quando chegou ao país, ela mora com amigas brasileiras e trabalha na rua ou em casa fazendo programas.

¹⁰ Helena, Patrizia e Bianca são as interlocutoras que participaram da pesquisa de doutorado defendida no PPHR-UFRJ: “Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes/RJ, 1990-2017.

Patrizia é natural de Campos dos Goytacazes e há quase uma década mora em Bérghamo, na Itália. Desde a sua ida, ela também já morou por um tempo na Suíça, mas retornou à Itália. Atualmente com 39 anos de idade, ela se considera morena, candomblecista e transexual.

Helena mora em Vigo, uma pequena cidade da Espanha. Aos 46 anos de idade, ela está há mais de duas décadas na Europa e diz que jamais pretende voltar a morar no Brasil. Negra, com o Ensino Médio completo e trabalhando como autônoma, Helena se apresenta como uma mulher, pois compreende que era transexual até a realização da cirurgia; após esse fato, sem qualquer tipo de arrependimento: “Pra mim, é... não há nenhum arrependimento de ser a mulher que eu sou, de ter me operado, de ter... é... me tornado a pessoa que eu sou.” (Helena, 11/07/2017). Com uma vida que considera estável, sem luxo, mas com grande estabilidade, Helena vive com seu marido em um apartamento próprio, possui dois carros novos na garagem e viaja constantemente para diversas regiões da Espanha e outros países da Europa. É, portanto, essa Helena, que hoje possui cidadania espanhola e documentação registrada com sexo e gênero femininos, que se saiu de Campos dos Goytacazes e hoje diz de forma taxativa que é “europeia de verdade”:

É! Eu sou europeia de verdade! Eu não sou as europeias ditas europeias só porque eu fui pra Europa... eu tive lá 1 ano, 2 anos, 3... eu sou europeia. Europeia sou eu! Europeia é quem vem pra cá e vive; porque não adianta se esconder na Europa; tem que viver na Europa. E eu aqui vivo, não me escondo. Eu queria que você frisasse essa frase pra mim. (Helena, 11/07/2017)

As experiências trans sugerem como as identidades de gênero, as possibilidades de orientação sexual e a produção de subjetividades são potentes, datadas, merecem e podem ser historicizadas e, o mais importante: apresentam como é possível inventar modos de vida, existências que brincam, negociam e (re) fazem o gênero binário, às vezes corroborando as normas, mas de um jeito novo, criativo. Esse modo de provocar fissuras, desnudar o natural e resistir à precarização da vida por meio de um processo de migração, é destacado pelas interlocutoras, pois foi somente ao saírem do Brasil e constituírem na Europa um padrão de vida economicamente compreendido como confortável, é que elas garantiram uma vida habitável.

Lembramos, porém, que o poder se exerce, segundo Foucault, de maneira positiva, produtiva, assujeitando, impondo uma “lei de verdade”, uma “identidade” que se deve reconhecer (FOUCAULT, 1995: p. 235). Os sujeitos foucaultianos são limitados por um regime de verdade que delinea *a priori* quais serão as formas de ser reconhecíveis (BUTLER, 2017b: p. 35), e nossas interlocutoras não estão imunes às ações da cisheteronormatividade. Porém, elas também criaram, por meio das relações de amizade, estratégias de resistência.

No processo de migração transnacional, as redes de amizade funcionaram como um dispositivo potencializador de saída do Brasil. Patrizia deixou a cidade de Campos dos Goytacazes em 2007, e seguiu em direção a Bérgamo, na Itália, onde uma amiga que também morava em Campos esperava por ela, como destacou:

Eu queria ir para os Estados Unidos. Eu estudava inglês, eu fazia inglês pra ir para os Estados Unidos. Aí do nada teve essa reviravolta na minha vida. “Não, eu posso até ir para os Estados Unidos, mas primeiro eu tenho que ir pra Europa.” Aquela coisa assim: Europa tá mais fácil do que os Estados Unidos. Porque tem quem tá me esperando lá, tem como eu ir pra lá. (Patrizia Lemos, 23/06/2017)

A ida para a Europa não se deu como um “tiro no escuro”. Além dos discursos que inventam uma Europa com glamour, dinheiro e vida mais fácil, a rede de afetos e apoios, traduzida pela relação de amizade com Bianca, foi um elemento “facilitador” para esse processo migratório. Opinião que é compartilhada por Bianca:

Aqui na Itália tenho... amizade, assim, que eu considero mesmo é da Patrizia, assim, que é de Campos, uma pessoa que eu conheci de Campos, morei na casa dela em Campos. É... passamos uns momentos juntas aqui, moramos juntas, então! A pessoa que eu mais considero, assim, é ela. Se eu precisar mesmo, assim, se eu bater na porta dela ou se eu ligar pra ela, eu sei que ela vai me ajudar, entendeu?! (Bianca, 22/06/2017)

Ter uma amiga que veio da mesma cidade, uma amiga que já é conhecida há muito tempo tornou-se um recurso para garantir a acolhida, o conforto e até mesmo a segurança em um país diferente, em que as dificuldades ultrapassam a barreira do idioma; são também dificuldades de adaptação cultural, alimentação e até mesmo do clima, muito mais frio do que no Brasil. Isso foi demonstrado por Bianca ao falar de Patrizia, a quem ela considera como uma verdadeira amiga. Além de terem saído de Campos, no contexto italiano, em que ambas eram estrangeiras e “sem documentos”, elas passaram por momentos juntas e moraram na mesma casa. Essas experiências, parece, criam uma dinâmica de cumplicidade de confiança, de modo

que a amiga pode ser acionada a qualquer momento de dificuldade como aquela que estará pronta a prestar o auxílio necessário.

Ser trans, prostituta¹¹ e imigrante ilegal na Europa fez com que algumas prioridades fossem constituídas nas trajetórias analisadas. Bianca ao ser perguntada sobre a adoção do nome social no documento de registro de sua cidadania italiana, foi enfática:

Não, num me importei com isso não; não me importei com isso ainda não. Vou mudar meu nome, mas não... Vou mudar agora o meu sobrenome, né?! Vou tirar o meu e vou colocar o da família... Daqui da Itália, só o último. Só o ultimo sobrenome, né? O primeiro nome manteve. Ainda não me importei com isso, de parar pra pensar de mudar e... a mim não me carece, se me chama de ele ou de ela; nos lugares que eu frequento, né?! Ou médico, ou consultório dentário, assim que eu vou, vendo o documento... não me importo... ainda não parei pra pensar nisso ainda não, de me importar. Não me incomoda não. Então... Agora, graças a Deus tô legal no país. Tenho um documento que não me tira mais, que praticamente eu sou filha de italiano, né?! Pra lei eu... assim, entre aspas, eu sou filho, né?! Então não tem como mais eu perder esse documento. Só se eu matar alguém, ou... tráfico de drogas ou alguma coisa assim, grave... (Bianca, 22/06/2017)

Nesse momento da vida de Bianca ser imigrante ilegal ou legal merece mais atenção do que a experiência trans, fazendo-a considerar ser mais relevante ter a documentação com o sobrenome italiano do que se ocupar de realizar a alteração do nome masculino presente em seu registro civil. Isso pode ser compreendido, conforme dispõe Foucault em seus escritos sobre a ética, ao ressaltar a ação e a capacidade de o sujeito realizar deliberações. Enfatiza-se, assim, uma noção de indivíduo que transforma a si mesmo com a ajuda de outros por meio de práticas de subjetivação e de liberdade (BUTLER, 2017b: p. 31). Nesses escritos, Foucault não propõe um eu ativo e individualista, impermeável à norma, mas afirma, nos termos resumidos por Butler, que:

A norma não produz o sujeito como seu efeito necessário, tampouco o sujeito é totalmente livre para desprezar a norma que inaugura sua reflexividade; o sujeito luta invariavelmente com condições de vida que não poderia ter escolhido. Se nessa luta a capacidade de ação, ou melhor, a liberdade, funciona de alguma maneira, é dentro de um campo facilitador e limitante de restrições. Essa ação ética não é totalmente

¹¹ Adotamos o termo prostituta para designar o exercício de profissional do sexo pois esta foi a maneira como as interlocutoras mobilizaram o repertório para se referirem ao mercado de trabalho sexual.

determinada nem radicalmente livre. Sua luta ou dilema primário devem ser produzidos por um mundo, mesmo que tenham de produzi-lo de alguma maneira. Essa luta com as condições não escolhidas da vida – uma ação – também é possível, paradoxalmente, graças à persistência dessa condição primária de falta de liberdade. (BUTLER, 2017b: p. 31)

Mesmo que esquemas normativos, como já dito aqui, operem no sentido de produzir vidas ininteligíveis em relação à humanidade então reconhecida, forçando a produção de um sujeito “menos humano”, as vidas precárias existem e resistem à condição de precariedade, como fez Bianca.

Ou como Helena, que ao se autoidentificar como europeia de verdade, estabelece para si um novo mundo habitável, distanciando-se do lugar ojerizado, historicamente inferiorizado destinado à sua existência trans. Ao se autonegar europeia, ela inventa um modo de existência que, numa perspectiva foucaultiana, implica em autonomia, cuidado de si e modificação das relações de poder, para além de individualismos e pequenos fascismos.

Na medida em que são tecidas sob tantas experiências de abjeção, ojeriza e invisibilização, as experiências trans reconhecem a necessidade de alianças, que aqui são chamadas de relações de amizade, ainda que provisórias. As redes de amizade oferecem o suporte material e afetivo que potencializam a continuação das vidas trans. Ademais, em tempos sombrios, de afetos tristes e muitas hostilidades, a amizade funciona como uma potência política de afirmação da vida, das experiências trans, enfim, da criação de modos de vida trans.

Segundo Francisco Ortega: “Uma sociedade como a nossa, que concentra as fontes de segurança psíquica e de suporte material na família, dificulta a invenção de outras formas de vida.” (2002: p. 160). As amizades trans, todavia, sugerem que outras compreensões podem ser elaboradas.

Encontrar nas amizades o apoio físico, emocional, financeiro e afetivo é algo que tem perpassado as subjetividades trans, como demonstrado por Bianca e Patrícia. Embora possamos destacar os processos de negociação, articulação e a criação de estratégias da produção das subjetividades trans nos contextos familiares, não se pode negar que o afastamento da família, com a ideia de “expulsa de casa” também é algo que marca essas trajetórias em diferentes momentos.

Mesmo aquelas que não colocam ênfase nessa questão, deixam escapar que em algum momento a casa da família foi um ambiente hostil que repeliu a possibilidade de experiência da transgeneridade. Foi justamente nesses momentos das trajetórias trans que as amigas, mais uma vez, apareceram como o suporte, o apoio, a segurança que garantiu a continuidade da vida, potencializou troca e invenção de afetos, mesmo com todas as adversidades, conflitos e hierarquias existentes nessas relações. Reconhecemos que é possível a formação dessas redes de amizades fora e dentro da família de origem, havendo ou não o apoio familiar. Entretanto, nas análises realizadas, em função dos repertórios narrados pelas interlocutoras de pesquisa, foi a presença das amigas e amigos trans e cis que permitiram a essas interlocutoras produzir para si uma subjetividade trans feminina e ainda assim manterem os laços de afeto com as famílias de origem. Nesse jogo de muitas intensidades, as amizades foram a peça-chave, pois como lembra Weeks: “Se a família tradicional está realmente em crise, então a experiência daqueles que muitas vezes foram forçados a viver fora de suas paredes pode nos dizer algo importante sobre novos desafios e novas possibilidades”.¹² (WEEKS, 2001: p. 27)

5. Considerações finais

Butler e as teorias *queer* ajudaram-nos aqui a observar a relação intrínseca entre a chamada norma heterossexual e a produção de sujeitos abjetos. Esta reflexão apoiou-se ainda em redefinições e complexificações das questões feministas advindas do transfeminismo. Por meio de um exercício interseccional, o pensamento transfeminista, dialogando com o feminismo negro, denuncia a hierarquização de gênero vinculada a outras hierarquias. As potências críticas do feminismo negro e do transfeminismo ajudaram-nos a pensar o feminismo “não como algo que adere aos corpos, não como algo enraizado em corpos marcados pelo gênero, mas como uma abordagem – como uma forma de interpretação conceitual, como uma metodologia, como um guia para estratégias de luta” (DAVIS, 2018: p. 40).

A aproximação com os fundamentos das teorias *queer* e dos feminismos transgênero e negro, permite-nos pensar o gênero para além da sua forma binária e essencializante (sexista/biologicista). Desloca-nos no sentido de abranger as diversas corporeidades e identidades de gênero, ampliando e aprofundando teorias e práticas,

¹² Tradução dos autores. No original: If the traditional Family is indeed in crisis, then the experience of those who have often been forced to live outside its walls can tell us something important about new challenges and new possibilities.

A famosa frase de Simone de Beauvoir, de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, bem caracteriza a questão do gênero e pode ser utilizada para nos introduzir à discussão sobre a população trans(gênero), que tal como os ditos homens e mulheres cis(gênero), vivem a construção de suas identidades de gênero no dia-a-dia (por mais que não percebam).

É comum se dizer ou escrever que pessoas trans “nasceram homens/mulheres e viraram mulheres/homens”. Raciocínio falacioso. Todos os seres humanos nascem com um sexo biológico/uma conformação genital e se tornam alguém de um gênero que corresponde ou não às expectativas sobre esse sexo/conformação genital.

A partir dessa compreensão, tornam-se inteligíveis mulheres com pênis ou homens com vagina. Quando o conceito de gênero é central, compartilha-se a noção de que o primado do sexo biológico não se impõe sobre o gênero que se produz discursivamente, reconhece-se que o ideal normativo do sexo é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero identificadas ao longo da História da humanidade. [...] (JESUS, 2015a: p. 22-23).

Acreditamos, conforme desenvolvemos no artigo, que as experiências trans, e em particular dessas pessoas que migraram do Brasil para países da Europa do Sul, oferecem indícios e pistas de como fazer o enfrentamento à cisheteronormatividade; acenam, sem a pretensão prescritiva, para modos de fazer-se na vida, de negociar com o binarismo de gênero, mas com criatividade, reconhecendo os limites (e as potencialidades) dos recursos materiais, da posição de classe e da condição de migrante latina na Europa.

A trama da amizade permite perceber como são tecidos modos de existência negociados no tempo e no espaço, aproximações que esculpam o corpo com litros de silicone industrial, com próteses cirúrgicas de silicone, com pílulas de hormônio feminino e outros artefatos generificados. Por isso, com as amigas e amigos, transgêneros e cisgêneros, as trans teceram redes, transformam a vida precarizada em vida potente, criativa; uma vida inquieta, que se arrisca e não tem medo do amanhã, pois muitas vezes esse “futuro” é uma miragem tão distante, que nem merece tamanha atenção. Hedonismo barato? Egoísmo mesquinho? Seria leviano tecer tal consideração, pois essas vidas, esses corpos, esses sujeitos oferecem mais do que, muitas vezes, os repertórios engessados pela lógica cisgênera pode compreender.

Referências bibliográficas

BRANCO, Guilherme Castelo. Anti-individualismo, vida artista: uma análise não fascista de Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 143 - 168.

BUTLER, Judith. Vida precária. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. *Contemporânea*, 2011, p. 13-33.

_____. Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu*, n. 42, 2014, p. 249-274.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a, p. 153-172

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

_____. Corpos que importam. Tradução de Magda Guadalupe dos Santos e Sérgio Murilo Rodrigues. Belo Horizonte: *Sapere Aude*, v. 6, n. 11, p. 12-16.

_____. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

_____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017b.

_____. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Cadernos de leitura*, n. 78, 2018.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, p. XI-XIV.

_____. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.) *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012, 42 p.

_____. Interloquções teóricas do pensamento transfeministas. In: Jesus, Jaqueline Gomes de (et. al.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2. ed., Rio de Janeiro: Metanóia, 2015a, p. 16-32.

_____. *Homofobia: identificar e prevenir*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015b.

LOPES, Fábio Henrique. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. *História e teoria queer*. Salvador, BA: Devires, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTÍNEZ-GUZMÁN, Antar. Cis. In: PLATERO, Lucas; ROSÓN, María; ORTEGA, Esther (eds.). *Barbarismos queer y otras esdrújulas*. Barcelona, España: Edicions Bellaterra, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.

ORTEGA, Francisco. *Genealogias da amizade*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

PRECIADO, Paul Beatriz. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2011, p. 11-19.

REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. São Paulo: *Projeto História 16*, 1998, p. 297-325.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

WEEKS, Jeffrey, et al. *Same sex intimacies: families of choice and other life experiments*. London and New York: Routledge, 2001.

Rafael França Gonçalves dos Santos: Licenciado em História, mestre em Sociologia Política e doutor em História. Atuo como professor na educação básica e desenvolvo pesquisas relacionadas aos estudos de gênero e teorias *queer*.

Marcio Nicolau: Técnico-administrativo em Educação - Universidade Federal Fluminense. Mestrando em História PPHR/UFRRJ.

Artigo recebido para publicação em: setembro de 2018

Artigo aprovado para publicação em: novembro de 2018

Como citar este artigo:

Santos, Rafael França Gonçalves dos; Nicolau, Marcio; Vidas precarizadas e existências reinventadas: experiências trans entre o Brasil e a Europa do sul. In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: LGBTTQI. HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS". Nº 14, SET-DEZ, 2018, pp. 70-89 Disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2018.38657.